REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA

http://revistas.fw.uri.br/index.php/rbdta ISSN 2527-0613

MECANISMOS DE CONTROLE DA QUALIDADE ORGÂNICA E AGÊNCIA DOS AGRICULTORES: UM CONFRONTO ENTRE SISTEMAS PARTICIPATIVOS E AUDITORIA EXTERNA

Organic quality control mechanisms and farmers agency: a struggle between participatory systems and third party certification

Vanderlei Franck Thies[1], Natália Salvate[2]

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, email: vftc3@yahoo.com.br;
[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, Porto Alegre, RS.

Resumo: A intensificação dos processos de certificação de produtos agroalimentares é um fenômeno relativamente recente nas dinâmicas de desenvolvimento rural e tem ganhado relevância com o crescimento da produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos. A certificação desse tipo de produção, como elemento de distinção e simbolização, faz parte da dinâmica dos mercados contemporâneos e está inserida no processo atual de alterações nos padrões alimentares da humanidade, onde ganham destaque a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos. No Brasil existem três mecanismos oficiais de certificação da produção de alimentos orgânicos, com dinâmicas e modos de operação sensivelmente diferentes, que conformam distintas possibilidades de participação dos agricultores. O presente artigo tem por objetivo analisar as características e formas de operação de dois dos mecanismos brasileiros de certificação da produção orgânica e também discutir o posicionamento e as possibilidades de *agência* dos agricultores e suas organizações em cada um deles. A metodologia para sua realização foi baseada em revisão bibliográfica e compara em termos ideais o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e a Auditoria Externa. A comparação desses dois sistemas, considerando seus fundamentos, a lógica das relações, a questão do conhecimento, a organização dos agricultores e a participação dos consumidores, torna evidente que nos SPG existem espaços e possibilidades mais claras para o exercício da *agência* por parte dos agricultores.

Palavras-chave: alimentos orgânicos, certificação, agência dos agricultores.

Abstract: The intensification of agro-food certification processes is a relatively recent phenomenon in the rural development dynamics and has been highlighted by the growth of organic or agro-ecological food production. The certification of this type of production, as an element of distinction and symbolization, is part of the dynamics of contemporary markets and is inserted in the current process of changes in food standards of humanity, where food safety and food quality stand out. In Brazil, there are three official mechanisms for certifying the production of organic foods, with very different dynamics and modes of operation that conceive different possibilities for farmers' participation. The objective of this article is to analyze the characteristics and ways of operation of two of the Brazilian certification mechanisms of organic production and also to discuss the positioning and the possibilities of the farmers' agency and its organizations in each of them. The methodology for its accomplishment was based on bibliographical revision and compares in ideal terms the Participative System of Guarantee and the External Audit. Comparing these two systems, considering their rationale, the rationale of relations, the question of knowledge, the organization of farmers and the participation of consumers, makes it clear that in the PSG there are clearer spaces and possibilities for the exercise of the agency by farmers.

Keywords: organic food, certification, farmers' agency.

Recebido em: 20-02-2017
Aceito em: 02-06-2017

1 INTRODUÇÃO

A emergência e intensificação dos processos de certificação de produtos agroalimentares é fenômeno relativamente recente nas dinâmicas de desenvolvimento rural. De acordo com Radomsky (2011), a maior evidência que assumem na virada do último século está associada à contestação da massificação e homogeneização alimentar promovido pelo modelo de produção impulsionado pela agricultura de grande escala, pela recolocação da importância do local e por alterações nas dinâmicas globais de comércio.

Segundo Ilbery et al. (2005), está em curso a emergência de uma nova geografia alimentar, que é impulsionada pelas contradições do modelo produtivista dos *impérios alimentares*[1] (PLOEG, 2008). As iniciativas de desenvolvimento baseadas na intensificação da relação entre produção e consumo local de alimentos são um dos traços dessa nova geografia. Segundo Goodman (2003), existe, na atualidade, um forte movimento de mudança, denominado de *quality turn,* que expressa um novo conceito de qualidade, baseado em fatores como enraizamento, localização e reconexão entre produtores e consumidores, numa contraposição ao modelo das cadeias alimentares longas, da padronização alimentar e do consumo em massa.

Estas perspectivas analíticas apontam que estaria em curso uma alteração substantiva nos padrões alimentares da humanidade, sendo destacada a importância da segurança alimentar e da qualidade dos alimentos. Além disso, em termos gerais, a emergência da sustentabilidade como preocupação global impulsiona a intensificação das certificações ecológicas e orgânicas, estando, esse processo de distinção e simbolização (*labelling),* também associado às dinâmicas e estratégias dos mercados contemporâneos (RADOMSKY, 2013). Além disso, Caldas e Anjos (2013) sustentam que a produção orgânica, ou ecológica, cresce em ritmo incessante e vigoroso em nível mundial nas últimas três décadas, o que implica a necessidade da constituição de mecanismos de identificação e diferenciação dos produtos ecológicos daqueles denominados de convencionais.

No caso brasileiro existe um sistema de controle e certificação de produtos orgânicos, ou ecológicos, constituído por três diferentes mecanismos de verificação de conformidade. A institucionalidade para esse fim é constituída pela auditoria externa, pelos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e pelo mecanismo de controle social através da venda direta aos consumidores sem certificação.

Em nível internacional observa-se a predominância do mecanismo de auditoria externa. No Brasil são oito instituições autorizadas atualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a realizar esse procedimento através desse sistema. Nacionalmente, a comercialização de produtos orgânicos na modalidade sem certificação, é permitida apenas aos agricultores familiares, quando realizarem venda direta ou para os mercados institucionais, desde que participem de uma Organização de Controle Social. Já os SPG apresentam-se como novidade e seu uso no Brasil é relativamente bem difundido, contanto atualmente com 17 sistemas de certificação autorizados pelo MAPA.

A existência desses três mecanismos de controle reflete a densidade, no Brasil, de uma rede diversa de atores sociais articulados em torno da agroecologia. De acordo com Niederle e Almeida (2013, p. 46) a institucionalização desses diferentes sistemas de verificação, que contemplam possibilidades para além da certificação por terceira parte, expressa o reconhecimento pelo Estado da luta de diversas organizações sociais de agricultores que contrapuseram historicamente o discurso da modernização da agricultura e concretizaram dinâmicas produtivas alternativas às preconizadas pela revolução verde.

Esse reconhecimento do Estado à ação dos agricultores e suas organizações evidencia a capacidade desses sujeitos incidir sobre a realidade. Esse viés é bastante enfatizado pela perspectiva orientada aos atores, para quem os agricultores, como atores sociais, não são vistos como sujeitos passivos e inertes, sob os quais forças estruturais externas agem e determinam unilateralmente as configurações técnicas e sociais da agricultura. Ao contrário disso, eles são ativos processadores de informações e desenvolvedores de estratégias que se estabelecem nas relações mantidas com outros atores e com instituições (LONG, 2007).

[1] Os impérios alimentares são representados pelas grandes corporações agroalimentares que procuram controlar os processos de produção, industrialização e distribuição de alimentos, desenvolvendo cadeias alimentares longas, o que gera a desconexão entre produtores e consumidores e destes com os ecossistemas. Nele predominam os alimentos industrializados, o consumo abusivo, as propagandas manipuladoras, a padronização e a massificação de produtos. Esse modelo dominante já apresenta mazelas, como os problemas relacionados à saúde pública, tal como a obesidade, desnutrição, riscos alimentares, problemas ambientais e exclusão de pequenos agricultores (PLOEG, 2008).

Nessa perspectiva o conceito de *agência* ganha centralidade. Segundo Long (2007) a condição de *agência* é construída pelos indivíduos, ou grupos, à medida que estabelecem relações e interações sociais, agindo, ou reagindo, em contextos adversos e situações hostis, através da mobilização de recursos, capacidades e desenvolvimento de estratégias que possibilitem 'fazer diferente'. Esse termo indica uma condição social que é fundamental para que os agricultores tenham ampliada sua capacidade de "resistência e oposição" (SCHNEIDER, 2009) às formas de dominação e exploração hegemônicas.

Segundo Schneider (2009, p. 11) existem sinais consistentes indicando a "[...] necessidade de construção de outra forma de desenvolvimento rural, que seja ancorado nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores". É nessa perspectiva que esse trabalho se insere, buscando identificar as possibilidades de *agência* dos agricultores nessa nova dinâmica que se apresenta aos produtores orgânicos, ou agroecológicos, que são os processos de verificação e certificação da produção.

Os três mecanismos de controle da garantia da qualidade orgânica existentes no Brasil possuem dinâmicas e modos de operação bastante diferentes, conformando distintas possibilidades de participação dos agricultores. Frente a isso se coloca a questão central que impulsiona esse trabalho: quais as possibilidades e os limites à participação e protagonismo dos agricultores e suas organizações nesses diferentes sistemas de certificação?

O objetivo do presente artigo é analisar as distintas características dos mecanismos de auditoria externa e SPG[2], procurando refletir sobre o posicionamento e as distintas possibilidades de *agência* dos agricultores e suas organizações em cada um desses mecanismos de certificação.

A metodologia para sua realização foi baseada, sobretudo, em revisão bibliográfica e também nas vivências de campo junto a organizações agroecológicas do sul do Brasil entre os anos de 2008 e 2013. O trabalho está dividido em três seções, além dessa introdução e considerações finais. Na segunda parte apresentamos o contexto da emergência dos processos de certificação e elementos conceituais sobre a questão da qualidade e dos selos. Na terceira seção realizamos uma caracterização mais específica dos dois mecanismos enfocados nesse estudo e, por último, os confrontamos esquematicamente, em termos ideais, procurando evidenciar as diferentes possibilidades de *agência* dos agricultores em cada um deles.

2 CERTIFICAÇÃO, SELOS E QUALIDADE DOS ALIMENTOS

É no atual contexto de mudanças no cenário agroalimentar global, em que a produção ecológica ganha relevo, que a certificação da produção ganha maior evidência. Os sistemas de certificação são mecanismos que visam checar e atestar a conformidade ecológica dos processos produtivos e dos produtos alimentares gerados sob essa perspectiva. Em termos introdutórios, pode-se afirmar que a certificação é um processo que tem por objetivo auferir e identificar a(s) especificidade(s) qualitativa(s) de um produto ou processo de produção. Para Caldas e Anjos (2013, p. 330):

> De um modo geral podemos dizer que a certificação consiste num instrumento cuja aplicação visa assegurar ao consumidor não somente a qualidade do produto agroalimentar, mas dos processos que lhe originam, do ponto de vista do respeito ao meio ambiente e de outras garantias (bem estar dos animais, comércio justo, etc.).

O processo de certificação obedece a determinados padrões estabelecidos legalmente, e se consolida com a atribuição de um atestado de conformidade de produção, através da identificação e diferenciação do produto com a atribuição de um selo. Conforme Radomsky (2011, p. 235) "Denomina-se certificação o ato pelo qual um ator (coletivo ou empresa) respaldado no cenário social atribui um selo de conformidade a um produto [...]". Nesses termos o selo expressa simbólica e materialmente o processo de certificação, mas não pode ser resumido a ele, pois a certificação está imbricada em complexos processos sociais.

Para Ilbery et al. (2005), a certificação se constrói através da combinação de três elementos, sendo: o produto, o processo e o lugar. Considerando o lugar, a maneira como é produzido e os atributos do produto em si, a certificação funciona como um diferenciador de determinado produto. Caldas e Anjos (2013, p. 328) argumentam que a certificação é a "culminação de um processo social" onde interagem diversos atores, compondo uma arena social onde atuam entes públicos e

[2] Conforme Niederle e Almeida (2013, p. 45) as Organizações de Controle Social (OCS), que permitem a venda direta de produtos agroecológicos dos agricultores familiares aos consumidores sem certificação, constituem um mecanismo ainda pouco conhecido e utilizado. Cabe argumentar que esse fato não anula a relevância de sua análise teórica, todavia em função dos limites de espaço e tempo desse ensaio optamos por priorizar a análise dos dois mecanismos mais difundidos no Brasil, que é a auditoria externa e os SPG.

privados e também é um "objeto da reflexão científica" reivindicado por diversos campos do conhecimento.

De acordo com Callon et al. (2002), é nesses espaços – em que participam diversos atores sociais - denominados de fóruns híbridos, que são negociadas as diferentes concepções e são contrapostos os diferentes valores dos distintos sujeitos na configuração dos contornos do que é "qualidade" e na definição de seus parâmetros. Assim, nega-se a ideia de qualidade como algo "natural", ou intrínseco ao produto e, portanto, impassível de significações diversas. Evidencia-se uma concepção onde a qualidade é construída no diálogo e na disputa entre diferentes visões e perspectivas, onde além do controle de técnicas e métodos de produção, também a manipulação de signos e significados culturais são edificadores de qualidade (LASH; URRY, 1994 *apud* NIEDERLE; VITROLLE, 2010) o que promove a politização da construção da qualidade.

Segundo Niederle et al. (2014), a noção de qualidade vem sendo reformulada ao longo do tempo e mais recentemente deixa de ser um conceito industrial estático, considerado uma "cesta de atributos" (LANCASTER, 1966) quantificáveis; e incorpora também questões relacionadas aos processos de produção e às preferências e percepções individuais dos consumidores. As primeiras concepções acerca da qualidade, provenientes do avanço da Revolução Industrial, consideravam atributos do produto como sabor, aroma, textura e aparência como suas principais definições. Posteriormente, com a diferenciação dos mercados alimentares, o foco de avaliação da qualidade se desloca do produto para as fases da produção, de forma que os processos e práticas se tornam importantes fatores. A partir do reconhecimento de que a qualidade também envolve as preferências individuais e de consumo, a concepção de qualidade passa a incorporar não somente os atributos objetivos e intrínsecos do bem, mas também suas dimensões externas, como a percepção do consumidor, que pode reivindicar diferentes características (NIEDERLE et al., 2014).

Assim, a constituição dos parâmetros de qualidade extrapola questões puramente técnicas e materiais, englobando também questões simbólicas e imateriais, em ambientes em que interagem distintos atores, portadores de diferentes concepções e cargas de poder. A qualidade deixa de ser um atributo estático e assume características dinâmicas, sendo expressão de uma construção social. Concordamos com Caldas e Anjos (2013, p. 334) quando argumentam que "[...] falar de construção social da qualidade é falar de interação social." Como argumentam Callon et al. (2002), nesse ambiente dinâmico de constituição, a qualidade é definida ao longo de um processo que procura estabilizar certos atributos no produto.

No caso dos *green labels,* Boström e Klintman (2008) argumentam que eles funcionam como símbolos simples que traduzem complexidades sociais e ambientais, por exemplo, o processo de construção dos parâmetros definidores e de verificação desses padrões de qualidade. Ao informar aos consumidores certas especificidades e características dos produtos, através da diferenciação simbólica, os selos ajudam estes a distinguir os benefícios ambientais do consumo desses produtos específicos e não de outros. Assim, os selos seriam compreendidos como instrumentos de expressão e síntese de processos sociais, ambientais e produtivos, que são em essência dinâmicos, mas que se expressam concretamente em uma marca simbólica, ou selo, que tem aparência estática.

Boltanski e Thévenot (1991) *apud* Niederle et al. (2014) apontam que os dispositivos de certificação permitem a convergência dos atores em torno de concepções comuns de qualidade de um produto, através do estabelecimento de normas, regras e padrões. Também apontam as disputas levadas a cabo pelos atores sociais entre os distintos mecanismos de certificação, que sustentam diferentes referenciais de desenvolvimento. Nessa perspectiva seguimos o nosso trabalho caracterizando, na seção seguinte, os dois mecanismos de certificação em análise.

3 CARACTERIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE CERTIFICAÇÃO

Como argumentamos na seção anterior a constituição das percepções sobre a qualidade é um processo construído socialmente. A percepção da qualidade tem passado por constantes modificações ao longo do tempo, fruto da interação entre distintos atores sociais. De acordo com Niederle et al. (2014, p. 8), essa evolução levou à coexistência, na atualidade, de quatro concepções que guiam os processos de percepção da qualidade, sendo elas:

> (a) *Qualidade do alimento*: a qualidade enquanto um conjunto de características objetivas inerentes ao produto; (b) *Percepção da qualidade do alimento*: a incorporação de um elemento subjetivo/cultural relativo à formação das preferências individuais; (c) *Construção social da qualidade*: a qualidade como resultado de um processo social em que diversos atores negociam um conceito comum, e; (d) *Julgamento coletivo*: a qualidade derivada de uma relação entre atores

> sociais através de diferentes dispositivos coletivos de julgamento.

O interesse desse ensaio se dirige mais a confrontar os SPG e a certificação de terceira parte, procurando identificar as possibilidades de agência dos agricultores, do que buscar um escrutínio pormenorizado desses dois sistemas de certificação frente às diferentes concepções acima enunciadas. Segundo Radomsky (2013), esses dois mecanismos de certificação crescem no mundo todo e muitas de suas características possuem caráter antagônico.

O sistema de certificação por terceira parte fundamenta-se no "conhecimento científico" e na "divisão técnica do trabalho". De acordo com Radomsky (2013, p. 302) "Nesse esquema, verificados e verificadores precisam estar em instâncias separadas e a confiança advém disto, além de prescrever responsabilidade documental e objetividade de métodos". Portanto esse mecanismo pressupõe a separação absoluta entre verificados e verificadores e atribui a técnicos, especificamente treinados para tal, a atribuição de verificação da conformidade da produção aos padrões estabelecidos.

Concretamente, esse mecanismo de certificação pressupõe a existência de empresas certificadoras de produção orgânica reconhecidas para esse fim. Essas certificadoras podem ser públicas ou privadas, sendo majoritariamente do segundo tipo no caso brasileiro. O agricultor interessado em possuir registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos deve contratar uma empresa, que fará a verificação de conformidade do processo produtivo, normalmente uma vez por ano, e autorizará, ou não, o uso de selo orgânico por esse produtor. No caso de empresas privadas esse procedimento é pago e os custos são suportados pelo agricultor interessado.

A expansão desse mecanismo de certificação, em nível internacional, entre outras razões, está associada à criação da Organização Mundial do Comércio, em 1994, e ao estabelecimento de barreiras e padrões técnicos para regular as trocas comerciais internacionais, em substituição a determinadas barreiras comerciais. Nesse processo alguns Estados delegaram essas atividades de certificação para agências privadas. Estas precisam ser acreditadas, geralmente por uma organização com autoridade internacional, para ter validada sua competência para a atividade de certificação (RADOMSKY, 2013). Isso coloca a necessidade do estabelecimento de padrões de qualidade para produtos e processos, o que abre forte demanda para a certificação.

Para Hatanaka et al. (2005), esse processo reflete uma mudança mais ampla ocorrida com a globalização do sistema agroalimentar, em que os Estados delegam à iniciativa privada maior capacidade de governança sobre esse setor, o que reconfigura contemporaneamente o conjunto do sistema. Esses autores consideram o aumento do poder das redes de supermercados no controle dos sistemas agroalimentares como elemento explicativo da ampliação das certificações de terceira parte, mas destacam que isso, ao mesmo tempo, abre possibilidades para a constituição de alternativas social e ambientalmente mais sustentáveis.

Os SPG se inscrevem nessa perspectiva da constituição de alternativas, pois eles estão inseridos numa estratégia mais ampla, de confrontação global com o sistema agroalimentar dos *impérios alimentares*. Eles estão imersos e são parte de um movimento de crítica ao modo dominante de agricultura (RADOMSKY et al., 2015), denominada convencional. Mantêm uma preocupação ativa com a metodologia participativa, para não ser absorvida e fagocitada pela lógica dominante no sistema agroalimentar. Para Passos e Isaguirre-Torres (2013, p. 376):

> O reconhecimento legal representa, portanto, um passo importante para a continuidade da discussão a favor da construção de um outro paradigma produtivo e não pode ser entendido de modo a distanciar-se daquilo que ele representa, isto é, o de ser elemento constante de resistência a todo um conjunto de políticas que formam um perfil insustentável da agricultura convencional.

O funcionamento dos SPG pressupõe a ativa participação dos agricultores, dos consumidores e de técnicos, num processo de aprendizagem permanente e conjunta. Além disso, demanda capacidade organizativa para constituir dinâmicas coletivas de certificação da conformidade dos processos de produção às regras estabelecidas na legislação sobre produção agroecológica. A certificação é uma responsabilidade coletiva dos integrantes do sistema, que deve possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), legalmente constituído e formalmente responsabilizado pelo processo de certificação.

Portanto, no caso dos SPG, a ativa participação dos agricultores é elemento fundamental no funcionamento do sistema, o que possui associação positiva com as possibilidades de *agência*. Segundo Caldas e Anjos (2013, p. 332):

> O que se pretende com esse tipo de iniciativa é estabelecer um sistema de certificação que não dependa exclusivamente do exame realizado por um técnico ou auditor externo, e em que seja dado aos produtores a oportunidade de participar de um processo cujo resultado lhes

> afeta diretamente. A aplicação desse sistema prevê, como o próprio nome indica, que os atores envolvidos assumam um compromisso tácito e pleno com os princípios da produção ecológica, assim como um papel ativo na supervisão de todas as etapas do processo.

Para Passos e Isaguirre-Torres (2013, p. 369), no caso da Rede Ecovida [3]de Agroecologia, "A metodologia da certificação é essencialmente baseada na credibilidade e se realiza em três níveis". Num primeiro nível está a família dos agricultores, que possuem a responsabilidade de produzir de acordo com a normatização estabelecida. Nesse nível também se encontra o grupo de agricultores agroecologistas, que possui a responsabilidade pelo acompanhamento da produção, as visitas de verificação e o diálogo para a aprendizagem, que se dá através de reuniões mensais que se sucedem em rodízio nas unidades de produção das famílias pertencentes ao grupo. No segundo nível está o acompanhamento realizado pelo Núcleo Regional e em terceiro nível o acompanhamento da Rede como um todo, incluindo seu mecanismo institucional de certificação, que prevê a constituição de um conselho de Ética, composto por agricultores, técnicos e idealmente também por consumidores, que têm a responsabilidade pelo controle das avaliações de conformidade orgânica.

4 CONFRONTANDO OS MECANISMOS DE CERTIFICAÇÃO

Passemos então a comparação dos mecanismos de certificação analisados, através de uma representação esquemática de tipo ideal. Tomamos como elementos de comparação os fundamentos de cada sistema, a lógica das relações e o caráter do processo de certificação, a questão do conhecimento, a organização dos agricultores e a participação dos consumidores.

No quadro 1 apontamos os fundamentos constitutivos dos diferentes mecanismos de certificação. Pode-se observar que, no caso do SPG, a gênese da confiança e a forma de controle possuem caráter coletivo e a garantia se origina desde os sujeitos internos aos sistemas socioprodutivos, sendo a palavra do agricultor a de maior importância. No caso da auditoria externa a forma de controle é individualizada e a gênese da confiança é oriunda da imparcialidade dos sujeitos verificadores, que são externos aos sistemas socioprodutivos e em que a palavra dos técnicos verificadores tem maior relevância no processo de certificação (HATANAKA et al., 2005).

Quadro 1 - Fundamentos dos sistemas.

	SPG	**Auditoria externa**
Gênese da confiança	Participação dos atores	Imparcialidade dos auditores
Natureza do controle	Participativo	Individualizado
Origem da garantia	Responsabilidade dos "internos"	Responsabilidade dos "externos"
Palavra mais importante	Do agricultor (eu planto sem veneno)	Do técnico (ele planta sem veneno)

Fonte: elaboração dos autores.

No quadro 2 observamos que as relações em um SPG têm um caráter de maior horizontalidade, não havendo separação entre os sujeitos verificados e verificadores. Nesse mecanismo a verificação é guiada por uma lógica de construção de conhecimentos para modificação das práticas, possuindo um caráter pedagógico, compondo de forma sinérgica processos de transição agroecológica. No caso da auditoria externa o mecanismo não possui conexões com o processo geral de transição agroecológico, limitando-se a verificações estáticas, recortadas em dado momento da situação do sistema produtivo. Assim evidencia-se mais o caráter de negócio (compra e venda de um serviço) do que pedagógico, expresso em procedimentos mais associados a uma lógica de fiscalizar e punir (conceder ou não o selo), numa relação verticalizada e que separa, em polos opostos, verificadores e verificados.

No quadro 3 consideramos a dimensão dos conhecimentos envolvidos. No caso dos SPG ocorre diálogo entre o conhecimento técnico-científico (combinando os agronômicos produtivos com os pedagógicos e metodológicos) e o conhecimento tácito dos agricultores (RADOMSKY, 2013), onde se ponderam saberes não disciplinares para a apreciação da agroecologia em uma acepção multidimensional. Assim, o caráter da verificação engloba aspectos técnicos e das dinâmicas sociais o que, por ser embasado em diálogo de saberes, abre maior espaço para aprimoramento das diferentes dinâmicas, sejam as sociais ou produtivas, e também para a produção de novidades. Por isso esse sistema

[3] A Rede Ecovida de Agroecologia é uma rede composta por agricultores, consumidores e mediadores sociais organizados em torno da produção agroecológica no Sul do Brasil. Segundo Radomsky (2011), a Rede Ecovida surge no âmbito das discussões ambientalistas sobre a agricultura no Brasil, especialmente no período entre 1980 e 1990. O debate sobre a produção de orgânicos nos anos subsequentes e a determinação dos marcos legais da produção orgânica e da certificação por auditoria resultaram na criação de formas participativas de certificação (RADOMSKY, 2011).

demanda técnicos com compreensão da agroecologia como algo que extravasa procedimentos puramente tecnológicos ou produtivos e que tenham capacidade de participação em processos coletivos. Na auditoria externa há prevalência do conhecimento científico, para a apreciação de caráter mais técnico e produtivo dos procedimentos, onde os saberes locais possuem menor relevância e se demanda técnicos com visão da agroecologia como conjunto de técnicas ecológicas de procedimentos produtivos (HATANAKA et al., 2005).

Quadro 2 - Lógica das relações e o caráter do processo de certificação.

	SPG	**Auditoria externa**
Relação verificadores e verificados	Não há separação	Totalmente separados
Lógica das relações	Horizontal (produtores, consumidores e técnicos)	Vertical (técnicos acima dos agricultores)
Lógica da verificação	Verificar e aprender/ensinar	Fiscalizar e punir
Caráter do processo de certificação	Pedagógico	Negócio
Processo de transição agroecológica	Sistema de verificação associado ao processo de transição	Não há vinculação com processo de transição

Fonte: elaboração dos autores.

Quadro 3 - Conhecimento e mecanismos de certificação.

	SPG	**Auditoria externa**
Conhecimento prioritário	Técnico científico e dos agricultores	Técnico científico
Relevância do saber local/ conhecimentos tradicionais	Maior	Menor
Dimensão dos conhecimentos considerados	Multidimensionalidade da agroecologia	Dimensões técnico produtivas
Espaço para inovação na produção	Maior	Menor
Caráter da verificação de conformidade	Técnico e social	Técnico
Demanda profissional	Técnicos com compreensão holística da agroecologia e com capacidade de inserção em dinâmicas participativas	Técnicos com percepção reducionista da agroecologia

Fonte: elaboração dos autores.

No quadro 4 observamos elementos relacionados às dinâmicas organizativas. No SPG a organização dos agricultores é necessária, sendo pré-requisito para a constituição e operação do mecanismo, que pressupõe e implica agregação social dos agricultores, dado que essa organização é a principal protagonista do mecanismo (RADOMSKY, 2013). Os agricultores incorporam-se ativamente na operação do sistema, com participação em diversas reuniões, visitas e treinamentos, que ocorrem em suas unidades de produção e em espaços externos, como os grupos comunitários de agricultores e núcleos regionais, que compõem redes mais amplas, num ambiente de relações de trocas mais cooperativas. Esse tipo de associação não é necessário no caso da auditoria externa, dado que o procedimento é individualizado nas unidades de produção. Nesse caso os agricultores têm uma função mais de expectador (cliente) e as empresas privadas (prestadoras de serviço) possuem maior protagonismo, pois são elas que executam a verificação, num ambiente de relações de trocas mais concorrencial (empresas privadas prestando serviços para produtores privados).

Quadro 4 - Organização dos agricultores.

	SPG	**Auditoria externa**
Lócus das relações	Unidade de produção, comunidades, grupos, redes de cooperação	Unidade de produção/ mercado
Associação entre agricultores	Pressuposto	Desnecessária
Protagonismo	Organização de agricultores	Empresas privadas
Papel da organização dos agricultores	Fundamental	Irrelevante
Participação dos agricultores na dinâmica operativa da verificação	Alta	Baixa
Ambiente das trocas	Mais cooperativo	Mais concorrencial

Fonte: elaboração dos autores.

Em relação à participação dos consumidores temos uma síntese comparativa no quadro 5, onde evidencia-se que no SPG a participação dos consumidores é elemento previsto na dinâmica do mecanismo e cumpre papel importante em sua funcionalidade (RADOMNSKY, 2013). Também se destacam nesse mecanismo as conexões criadas entre os agricultores e consumidores numa mesma região e entre eles em regiões diferentes. No caso da auditoria externa a participação dos consumidores e

a relação destes com os agricultores não estão previstas na dinâmica de operação do sistema.

Cabe destacar que no caso dos SPG a temporalidade das verificações tem um caráter mais intenso, com certa continuidade e permanência ao longo do tempo, o que implica maior trabalho para os agricultores. Já na auditoria externa a frequência das verificações é menor e o trabalho direto dos agricultores na operação do sistema é substantivamente menor, embora os custos tendam a ser maiores. Em ambos os casos os custos são suportados pelos agricultores.

Quadro 5 - Participação dos consumidores.

	SPG	**Auditoria externa**
Conexão agricultores e consumidores	Estimulada	Indiferente
Participação dos consumidores no mecanismo	Parte constituinte. Muito importante. Aval de sujeito externo (não agricultor)	Sem previsão
Relação entre consumidores de regiões diferentes	Consumidor de uma região certifica para outro consumir de região diferente	Sem previsão

Fonte: elaboração dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo apresentamos alguns traços das mudanças observadas nos cenários alimentares da atualidade e destacamos o processo relativamente recente de emergência dos sistemas de certificação de produtos orgânicos. Através da confrontação das diferentes características de dois mecanismos de certificação, os SPG e a auditoria externa, procuramos identificar as possibilidades de *agência* dos agricultores nesses dois sistemas de verificação de conformidade.

Considerando as diferentes dimensões ponderadas, os fundamentos de cada sistema, a lógica das relações e o caráter do processo de certificação, a questão do conhecimento, a organização dos agricultores e a participação dos consumidores, podemos apontar que a configuração dos SPG apresenta claramente espaços e possibilidades mais evidentes para o exercício da *agência* por parte dos agricultores. Nesse mecanismo eles possuem maior protagonismo e pressupõem-se integrantes de uma organização que se articula em rede, o que amplia suas capacidades de "fazer diferente".

Além disso, o fato de seus conhecimentos possuírem maior relevância nesse mecanismo fortalece as possibilidades de sua expressão, o que, por existirem canais de interlocução com outros atores, facilita a constituição de relações de cooperação e reciprocidade. O caráter pedagógico dos SPG permite um ambiente de intercâmbio de conhecimentos e possibilidades de inovação, de produzir novidades, que se associam sinergicamente com os processos de mudança e transição agroecológica, o que reforça as possibilidades dos agricultores construírem *agência*.

Por outro lado, os SPG apresentam maior restrição em relação à possibilidade de replicação do sistema, visto que dependem das especificidades de cada contexto, pois pressupõem a existência de um denso tecido social constituído para dar suporte ao sistema. Também cabe destacar que o fato dos SPG estarem lastreados em redes sociais mais horizontalizadas não anula a possibilidade da existência de assimetrias de poder entre os agentes integrantes dessas redes, como entre os técnicos e os agricultores, ou os dirigentes e os demais integrantes das organizações.

Além disso, como são parte de movimento maior de contestação e construção de alternativas ao sistema agroalimentar, não se deve desconsiderar, teoricamente, o risco da função certificadora submergir ou se subordinar aos objetivos estratégicos globais da organização, sendo assim "secundarizadas" as funções de verificação de conformidade estabelecidas pela legislação nacional. Já a auditoria externa parece possuir maior funcionalidade às dinâmicas dos *impérios alimentares*, mas, em que pese à relação verticalizada, individualizada e marcadamente comercial nos processos de verificação, a mesma se mostra funcional aos agricultores que não tem interesse ou possibilidades de compor uma organização coletiva.

REFERÊNCIAS

BOSTRÖM, M.; KLINTMAN, M. **Eco-standards, product labelling and green consumerism.** Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Obstáculos à construção social da qualidade: o caso da tentativa de implantação de um SPG Andaluz. In: NIEDERLE, P. A. et al. **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

CALLON, M.; MÉADEL, M.; RABÉHARISOA, V. The economy of qualities. **Economy and Society**, v. 31, n. 2, p. 194-217, 2002.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies,** v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.

HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system. **Food Policy**, 30, p. 354–369, 2005.

ILBERY, B.; MORRIS, C.; BULLER, H.; MAYE, D.; KNEAFSEY, M. Product, process and place: an examination of food

marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional**, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2005.

LONG, N. **Sociología del desarrollo:** una perspectiva centrada en el actor. México: Ciesas, 2007.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A. et al. **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

NIEDERLE, P. A.; VITROLLES, D. Indicações Geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. **Estud. Soc. e Agric.,** Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, p. 5-55, 2010.

NIEDERLE, P.; et al. **N*ormatizar em nome de qual desenvolvimento?*** A construção dos mecanismos de regulação nos novos mercados alimentares. Projeto de Pesquisa. 2014.

PASSOS, M.; ISAGUIRRE-TORRES, K. R. Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia. In: NIEDERLE, P. A. et al. **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RADOMSKY, G. F. W. Certificação participativa e agricultura ecológica: rede, processo de inovação e conhecimentos locais. In: SCHNEIDER, S. e GAZZOLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

RADOMSKY, G. F. W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A. et al. **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, p. 297-325.

RADOMSKY, G.F.W.; NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S. Participatory systems of certification and alternative marketing networks: the case of Ecovida Agroecology Network in South Brazil. In: HEBINCK, P.; et al. (Org.). **Rural Development and the Construction of New Markets**. 1. ed.The Hague: Routledge, 2015. p. 79-98.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.